EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 0044/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00125/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ENDEREÇO ELETRÔNICO: A sessão pública se dará por meio do sistema eletrônico no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço www.bll.org.br

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO

O Município de Caconde – SP, vem, respeitosamente, informar todos os interessados que não hesitará em aplicar as sanções administrativas cabíveis aos licitantes que descumprirem as disposições previstas neste edital, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata aplicável.
A eventual inobservância das normas legais e editalícias ensejará a devida manifestação desta Administração Pública, a qual se pautará pela clareza, motivação e precisão na aplicação das penalidades, podendo culminar na imposição de multas, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo de outras medidas legalmente previstas. Dessa forma, com o objetivo de resguardar a lisura do certame e evitar prejuízos à Administração e aos demais participantes, recomenda-se aos licitantes que apresentem, de forma adequada e tempestiva, a documentação relativa à habilitação e à proposta de preços, bem como que formulem seus lances de maneira responsável, consciente, objetiva e exequível.
Ressalta-se, ainda, que o objeto licitado deverá ser executado em estrita conformidade com os prazos, preços e padrões de qualidade estabelecidos no edital e na legislação vigente.
Por fim, esclarece-se que pedidos de recomposição ou realinhamento de preços constituem medida excepcional, admitida apenas em hipóteses devidamente justificadas e comprovadas, sendo seu deferimento condicionado à estrita observância dos requisitos legais aplicáveis.

RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 27/11/2026 às 10h00

FIM DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15/12/2026 às 09h30

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/12/2026 às 10h00

O MUNICÍPIO DE CACONDE, por intermédio do Senhor **JOSÉ AFONSO DE PAIVA,** no uso de suas atribuições legais, torna público que se acha aberta, na Prefeitura da Estância Climática de Caconde, situada a **Rua Duque de Caxias, 236, Centro, em Caconde,** licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações do Brasil", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO QUILÔMETRO E DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SENDO 02 (DOIS) NOTEBOOKS E 02 (DOIS) COMPUTADORES DESKTOPS, PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE**, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações

denominado “Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL” (www.bll.org.br), de acordo com o que determina:

Lei Federal nº 14.133/2021 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm
Lei Complementar 123/2006 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm
Decreto Municipal n° 3936/2023 https://app.eddydata.com/SGL/Caconde/attachment/?id=5880
Decreto Municipal n° 3944/2024 https://app.eddydata.com/SGL/Caconde/attachment/?id=5900
Decreto Municipal n° 3947/2024 https://app.eddydata.com/SGL/Caconde/attachment/?id=5898
Decreto Municipal n° 3949/2024 https://app.eddydata.com/SGL/Caconde/attachment/?id=5910
e outras normas pertinentes ao certame, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições a que se submete.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes na BLL-Bolsa de Licitações do Brasil.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bll.org.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

- As empresas que não anexarem a documentação corretamente na plataforma serão consideradas INABILITADAS. Estes documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa de lances do Pregão;

- Os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico do sistema. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. A resposta do pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vincularão os participantes e administração;

- Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema BLL, poderá ser esclarecida pelo telefone: (41) 3097-4600, por chat (na página inicial do site, clicando no botão atendimento Online ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação trata-se da **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO QUILÔMETRO E DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SENDO 02 (DOIS) NOTEBOOKS E 02 (DOIS) COMPUTADORES DESKTOPS, PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE**, conforme exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A publicação o extrato do Edital, se ocorrerem, no Jornal de Grande Circulação, na Imprensa Oficial, no Diário oficial da Prefeitura de Caconde (Portal da Transparência) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.caconde.sp.gov.br e na Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

1.3. Aduz o Artigo 4º do Decreto Municipal nº 3949/24 em seu § 2º - Nos procedimentos realizados sob a forma eletrônica, como condição de validade e eficácia, os licitantes **deverão praticar seus atos em formato eletrônico**.

1.4. Os recursos orçamentários, necessários para a despesa indicada estão consignados no orçamento 2026

FNS RECURSOS VINCULADOS PROGRAMAS DA SAÚDE	4.4.90.52	10.302.0050.1705	Federal
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	4.4.90.52	10.302.0050.1095	Municipal

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem todas as exigências constantes neste Edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas

em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.5.2. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela

legislação trabalhista;

2.5.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta contendo o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento previsto neste Edital, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública

3.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es), após o julgamento das propostas, conforme disposto no art. 63, II, da Lei nº 14.133/21.

3.4. O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem

como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor ou desconto (unitário, etc, conforme o caso) e (total) do ITEM;

4.1.2. Marca e modelo;

4.2. Todas as especificações dos produtos contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos pre-

videnciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.7. Apresentação de proposta com descrição do produto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, deve ser anexada em campo próprio disponibilizado na plataforma.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor [total] / [unitário] do [item].

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.9. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 5,00 (cinco reais) para os Itens 1 e 2, e de R$ 100,00 (cem reais) para o Item 3 - veículo.

5.9.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será

de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes.

5.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.13. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.13.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista

ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.13.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.13.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.13.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.13.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.13.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.13.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.13.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.13.6.2. Empresas brasileiras;

5.13.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.13.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.14.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.14.4. Os documentos de habilitação, listados no item 7 deste edital, deverão ser inseridos na plataforma de pregão eletrônico pelo(s) licitante(s) vencedor(es), após a fase de lances e aceitação de preços. A solicitação para a inserção dos documentos será realizada via chat pelo(a) Pregoeiro(a).

5.14.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os documentos de habilitação, e, se for o caso, acompanhado dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.14.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.14.7. Os documentos de habilitação, listados no item 7 deste edital, deverão ser inseridos na plataforma de pregão eletrônico pelo(s) licitante(s) vencedor(es), após a fase de lances e aceitação de preços.

5.15. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1. Contiver vícios insanáveis;

6.4.2. Deixar de apresentar a documentação de habilitação solicitada pelo pregoeiro no prazo estabelecido;

6.4.3. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.4. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Admi-

nistração;

6.4.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5. No caso de contratações em geral, é **indício** de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.5.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. Caso o custo total estimado do serviço/produto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação

de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor (art. 63, II, da Lei nº 14.133/21).

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro realizará consulta do CNPJ da empresa no site do TCESP e Portal da Transparência do Governo Federal a fim de verificar a inexistência de fato impeditivo à participação em licitações; constatada a existência de fato impeditivo, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

7.3. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

7.4.1. **A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistirá em**:

7.4.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.4.1.2 Ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

7.4.1.3 No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a licitante deverá apresentar além do **Item 7.2.1.2.** - Certidão expedida pela Junta Comercial, comprovando a situação de ME ou de EPP.

7.4.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

7.4.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4.1.6 Certificado do MEI, no caso de Microempreendedor Individual.

7.4.1.7 Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

7.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consiste em:

7.5.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);

7.5.2. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.5.3. Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **ou** Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

7.5.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.5.5. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

7.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, pertinente ao domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.5.7. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais - INSS, expedida pela Coordenadoria da Receita Federal;

7.5.8. Referente às certidões constantes no item 7.3. serão aceitas Certidões **POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA.**

7.5.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, sendo a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que a declarou vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Caconde, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.5.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.3.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação das licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 155, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA** é a seguinte:

7.6.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste **PREGÃO**, se outro prazo não constar do documento.

7.6.1.1. Nos casos de Recuperação Judicial, serão aceitas certidões positivas, com demonstração do plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

7.7. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consiste em:

7.7.1 Comprovação de que os equipamentos ofertados atendem integralmente às especificações e aos requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência;

7.7.2 Catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem as características dos equipamentos ofertados legais;

7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8.2 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.8.4 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.8.5 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8.6 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8 DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado através de e-mail ou ferramenta digital similar.

9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5 Fraudar a licitação.

9.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2 As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com Prefeitura do Município de Caconde e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º. A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155, da Lei nº 14.133/21, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 2º. A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, observado:

I – 0,5 % (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;

II – 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/ Fatura respectiva pela execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas deste contrato;

§ 3º. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º. A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º. Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I – As multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II – Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º. A penalidade de impedimento de licitar e contratar com Prefeitura de Caconde será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Dar causa à inexecução total do contrato;

III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V – Não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pela CONTRATANTE; e/ou

VI – Descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 11. É admitida a reabilitação do contratado perante Prefeitura do Município de Caconde, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 13. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 14. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica através da Plataforma Eletrônica.

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

11 DO CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

11.1 - A Prefeitura Municipal de Caconde efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias a, contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal; mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada

I – Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº da agência Bancária e nº da Conta-Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

II – Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

12 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

12.1 – A gestão e fiscalização do contrato deverão seguir o decreto municipal 3944/2024, sendo que os gestores(es) e fiscal(is) estão nomeados no termo de referência.

12.2 – A forma de entrega e pagamento estão descritos no termo de referência.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.caconde.sp.gov.br e na Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

13.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

13.11.2 ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

13.11.3 ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

13.11.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial

13.11.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Capacidade Financeira

13.11.6 ANEXO VI – Modelo de Declaração de Enquadramento na Situação de “ME” ou “EPP”;

13.11.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

13.11.8 ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Proteção de Dados;

Caconde, 26 de novembro de 2026.

JOSÉ AFONSO DE PAIVA
Prefeito Municipal

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(AQUISIÇÃO)

I – IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES INICIAIS:
1.1 Órgão: Município de Caconde/SP.

1.2 Unidade Requisitante: Departamento de Saúde (Setor de Vigilância Sanitária e Zoonoses).

1.3 Processo Administrativo nº 000125/2026

1.4 Data de Emissão: 23/11/2026.

1.5 Fonte de Recursos: Emenda Parlamentar Federal nº 28020002 e Contrapartida Municipal.

1.6 Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico.

II - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES: 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR UTILITÁRIO DE CABINE DUPLA PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ZOONOSES, E 04 (QUATRO) ESTAÇÕES DE TRABALHO (02 NOTEBOOKS E 02 DESKTOPS) PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

A presente contratação será dividida em itens, conforme preceitua o artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), visando propiciar a ampla participação de licitantes e a economia de escala, sem prejuízo para o conjunto da aquisição.

III - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:
A presente contratação fundamenta-se e será regida pelas seguintes normativas:

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022.
- Decreto Municipal nº 3.936/2023 (Regulamenta a aplicação da Lei 14.133/2021 e veda aquisição de artigos de luxo).
- Decreto Municipal nº 3.943/2024 (Designação e atuação de agentes de contratação e equipe de apoio).
- Decreto Municipal nº 3.944/2024 (Gestão e fiscalização de contratos).
- Decreto Municipal nº 3.946/2024 (Estudos Técnicos Preliminares e sustentabilidade).
- Decreto Municipal nº 3.949/2024 (Rito procedimental do Pregão e Concorrência).
- Decreto Municipal nº 3.958/2024 (Plano de Contratações Anual - PCA).
- Decreto Municipal nº 3.959/2024 (Diretrizes para aquisições de TIC e planejamento).

IV - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A contratação encontra-se devidamente justificada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), datados de 29 de julho de 2026. A necessidade premente consiste em dotar o Setor de Vigilância Sanitária e Zoonoses de logística essencial para o cumprimento de diligências, fiscalizações in loco e transporte seguro de agentes públicos e insumos. O veículo pretendido possui natureza estritamente utilitária, afastando-se o enquadramento como artigo de luxo, em estrita observância ao Decreto Municipal nº 3.936/2023.

Ademais, a aquisição das estações de trabalho é imprescindível para a renovação e modernização tecnológica do Departamento de Saúde, mitigando riscos de obsolescência de hardware e garantindo processamento ágil para acesso aos sistemas governamentais, alinhando-se ao Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução compreende a aquisição de bens permanentes novos, de primeiro uso, englobando o fornecimento, a entrega, a garantia e a assistência técnica dos equipamentos. O ciclo de vida do objeto contempla a utilização contínua nas atividades administrativas e de campo do Departamento de Saúde.

No tocante à sustentabilidade e ao descarte futuro, o veículo possui motorização bicombustível, permitindo priorizar o uso de etanol para menor emissão de gases de efeito estufa. Para os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), deverá ser observada a logística reversa e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), conforme determina o Decreto Municipal nº 3.946/2024, evitando-se o descarte irregular de lixo eletrônico ao final da vida útil dos bens.

Abaixo, apresenta-se a tabela com as especificações técnicas exatas e inalteradas dos itens a serem adquiridos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	V. UNID (R$)	V. TOTAL (R$)
1	2	UND	COMPUTADOR DESKTOP; SEM USO, EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE, COMPOSTO POR GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR, ATENDENDO ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR DE ARQUITETURA X86-64, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, LANÇADO PELO FABRICANTE HÁ NO MÁXIMO 5 (CINCO) ANOS, DEVENDO POSSUIR, NO MÍNIMO DE 6 (SEIS) NÚCLEOS FÍSICOS E 12 (DOZE) THREADS; FREQUÊNCIA BASE MÍNIMA DE 3,4 GHZ; CACHE TOTAL MÍNIMO DE 16 MB; VÍDEO INTEGRADO COMPATÍVEL COM RESOLUÇÃO FULL HD; SUPORTE ÀS TECNOLOGIAS		

			DE VIRTUALIZAÇÃO POR HARDWARE. PLACA-MÃE NOVA, COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR OFERTADO, FABRICADA PELO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU HOMOLOGADA PARA O CONJUNTO OFERTADO, BIOS UEFI com possibilidade de atualização pelo fabricante; POSSUINDO NO MÍNIMO: SUPORTE À ARQUITETURA X86-64; MÍNIMO DE 2 (DOIS) SLOTS PARA MEMÓRIA DDR4; SUPORTE PARA EXPANSÃO DE MEMÓRIA ATÉ, NO MÍNIMO, 64 GB; MÍNIMO DE 1 (UM) SLOT PCI EXPRESS X16; MÍNIMO DE 1 (UM) CONECTOR M.2 NVME PCI EXPRESS; PORTA DE REDE GIGABIT ETHERNET RJ-45 INTEGRADA; ÁUDIO DE ALTA DEFINIÇÃO INTEGRADO; MÍNIMO DE 6 (SEIS) PORTAS USB, SENDO PELO MENOS: 2 USB FRONTAIS, SENDO UMA DELAS USB3.2 GEN 1 OU SUPERIOR; 4 USB TRASEIRAS COM NO MÍNIMO 2 PORTAS USB 3.2 GEN 1 OU SUPERIOR. 16 GB MEMORIA RAM DDR 4; FREQUENCIA COMPATIVEL COM O PROCESSADOR OFERTADO, PERMITIR EXPANSÃO PARA NO MINIMO 64GB. SSD INTERFACE PCI EXPRESS NVME M.2; DE 512 GB, PADRÃO GEN 3 OU SUPERIOR, VELOCIADE MINIMA DE LEITURA SEQUENCIAL DE 3.000 MB/S OU SUPERIOR E VELOCIDADE MINIMA DE GRAVAÇÃO SEQUENCIAL DE 2.000 MB/S OU SUPERIOR. VIDEO INTREGRADO AO PROCESSADOR OU DEDIDADO, COMPATIVO COM O MONITOR OFERTADO, SUPORTANDO RESOLUÇÃO MINIMA DE 1920X1080 PIXELS, POSSUINDO PELO MENOS UMA DAS SEGUINTES SAÍDAS: HDMI; DISPLAYPORT; CASO SEJA UTILIZADA PLACA DEDICADA, ESTA DEVERÁ POSSUIR MEMÓRIA MÍNIMA DE 4 GB GDDR5 OU SUPERIOR. GABINETE TIPO TORRE OU MINI TOWER; COR PRETA; COMPATÍVEL COM TODOS OS COMPONENTES OFERTADOS COM PORTA USB 3.2 FRONTAL; FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA; POTÊNCIA COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO OFERTADA; MÍNIMO 500W COM CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE OU SUPERIOR. MONITOR NO MÍNIMO DE 21,5"; TECNOLOGIA IPS OU SUPERIOR; ILUMINAÇÃO LED; RESOLUÇÃO FULL HD (1920 × 1080); PROPORÇÃO 16:9; TAXA DE ATUALIZAÇÃO MÍNIMA DE 75 HZ; TRATAMENTO ANTIRREFLEXO; ENTRADAS COMPATÍVEIS COM A SAÍDA DE VÍDEO DO EQUIPAMENTO. TECLADO USB; PADRÃO ABNT2; COR PRETA; MÍNIMO DE 107 TECLAS; CABO MÍNIMO DE 1,50 METRO. MOUSE COM FIO; CONEXÃO USB; MINIMO 1000 DPI, COM SCROLL. LICENÇA ORIGINAL DO MICROSOFT WINDOWS 11 PROFESSIONAL 64 BITS, EM PORTUGUÊS (BRASIL), PRÉ-INSTALADA, ATIVADA E ACOMPANHADA DE SUA RESPECTIVA LICENÇA PERMANENTE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, PRESTADA PELO FABRICANTE OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, ABRANGENDO TODAS AS PEÇAS, COMPONENTES E MÃO DE OBRA.		
2	2	UND	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK); CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: PROCESSADOR DE ARQUITETURA X86-64, COM DESEMPENHO IGUAL OU SUPERIOR AO INTEL CORE I5 DE 13ª GERAÇÃO OU AMD RYZEN 5 SÉRIE 7000, POSSUINDO NO MÍNIMO 8 NÚCLEOS FÍSICOS OU 10 NÚCLEOS HÍBRIDOS, 12 THREADS OU SUPERIOR; 16 GB DE MEMÓRIA RAM DDR5 OU SUPERIOR, COM FREQUÊNCIA COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, OPERANDO EM ARQUITETURA DE CANAL DUPLO OU		

			EQUIVALENTE EM DESEMPENHO. SSD PCI EXPRESS NVME M.2, GERAÇÃO 4 OU SUPERIOR, CAPACIDADE MÍNIMA DE 512 GB. MONITOR E DISPOSITIVOS DE ENTRADA: TELA BASEADA EM TECNOLOGIA LCD RETROILUMINADA POR LED, TAMANHO DE 15,6 POLEGADAS, FORMATO WIDESCREEN (16:9), TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ANTIRREFLEXO E SUPORTE NATIVO À RESOLUÇÃO FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), IPS. TECLADO INTEGRADO PADRÃO ABNT2 (COM TECLA 'Ç' E ACENTUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA), LAYOUT COMPATÍVEL COM DIGITAÇÃO FLUIDA. DISPOSITIVO APONTADOR TIPO TOUCHPAD, COM SUPORTE A MÚLTIPLOS TOQUES (GESTOS) E 2 BOTÕES INTEGRADOS. MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB, COM FIO, RESOLUÇÃO MÍNIMA AJUSTÁVEL DE 2400 DPI, CONTENDO NO MÍNIMO 6 BOTÕES PROGRAMÁVEIS, INCLUINDO BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL), COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE DE SENSIBILIDADE E CABO COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 1,5 METRO, COMPATÍVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS. CONECTIVIDADE, INTERFACES E MULTIMÍDIA: INTERFACE DE REDE ETHERNET GIGABIT INTEGRADA OU ATRAVÉS DE ADAPTADOR FORNECIDO PELO FABRICANTE. WI-FI 6 (802.11AX) OU SUPERIOR E SUPORTE A BLUETOOTH NA VERSÃO 4.0 OU SUPERIOR. PORTAS DE COMUNICAÇÃO: NO MÍNIMO, PRESENÇA DE PORTAS USB-A (PADRÃO 2.0 E 3.X), LEITOR DE CARTÕES DE MEMÓRIA INTEGRADO (SD OU MICROSD) E 01 (UMA) INTERFACE DE SAÍDA DE VÍDEO DIGITAL (HDMI OU DISPLAYPORT). CÂMERA FRONTAL EMBUTIDA (WEBCAM) COM CAPTAÇÃO NATIVA EM RESOLUÇÃO FULL HD (1080P), ACOMPANHADA DE MICROFONE DIRECIONAL EMBUTIDO. ENERGIA, SOFTWARE E ACONDICIONAMENTO: BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE TECNOLOGIA LI-ION OU SUPERIOR, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 WH. FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA (BIVOLT 100V-240V), COMPATÍVEL E HOMOLOGADA PARA O EQUIPAMENTO. EQUIPAMENTO FORNECIDO COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PRO (64 BITS) EM PORTUGUÊS, CONTENDO LICENÇA GENUÍNA DO TIPO OEM (GRAVADA NA BIOS/PLACA-MÃE). O CONJUNTO DEVE ESTAR ACOMPANHADO DE MALETA ACOLCHOADA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE E APROPRIADA PARA TRANSPORTE SEGURO, CONTENDO ALÇA DE MÃO E DE OMBRO. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E GARANTIA: EQUIPAMENTO RIGOROSAMENTE NOVO, DE PRIMEIRO USO, NÃO SENDO ACEITAS UNIDADES RECONDICIONADAS, REFORMADAS (REFURBISHED) OU DE VITRINE. O MODELO OFERTADO DEVE CONSTAR NA LINHA DE PRODUÇÃO ATIVA DO FABRICANTE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EM HARDWARE, PREFERENCIALMENTE NA MODALIDADE BALCÃO OU ON-SITE.		
3	1	UND	VEÍCULO LEVE PARA TRANSPORTE DE 5 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA, TIPO PICAPE – CABINE DUPLA, ZERO QUILÔMETRO; ANO E MODELO 2026 OU SUPERIOR E EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. MOTORIZAÇÃO E DESEMPENHO: MOTOR BICOMBUSTÍVEL (ETANOL/GASOLINA); POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA		

			DE 95 CV, ABASTECIDO COM QUALQUER COMBUSTÍVEL ADMITIDO PELO FABRICANTE; TORQUE COMPATÍVEL COM A MOTORIZAÇÃO OFERTADA, NÃO INFERIOR A 12 KGFM.; MOTORIZAÇÃO COMPATÍVEL COM A CAPACIDADE DE CARGA DO VEÍCULO; TRANSMISSÃO MANUAL DE, NO MÍNIMO, 5 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ; DIREÇÃO ELÉTRICA OU ELETRO-HIDRÁULICA; SISTEMA DE CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESC) OU EQUIVALENTE; SISTEMA DE CONTROLE DE TRAÇÃO (TCS OU EQUIVALENTE); ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPAS (HILL HOLDER OU EQUIVALENTE); SISTEMA DE FREIOS ABS COM DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); PROTETOR INFERIOR DO MOTOR (CÁRTER). SUSPENSÃO E RODAGEM: O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR SUSPENSÃO DIMENSIONADA PARA TRANSPORTE DE CARGA, ADEQUADA AO USO URBANO E RURAL LEVE, PROPORCIONANDO ROBUSTEZ E ESTABILIDADE; EQUIPADO COM: RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE DE NO MÍNIMO 15"; PNEUS COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE DE CARGA DO VEÍCULO; ESTEPE CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE. DIMENSÕES E CAPACIDADE: CABINE DUPLA; CAPACIDADE MÍNIMA PARA CINCO OCUPANTES; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 600 KG; CAÇAMBA COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 800 LITROS. A CAÇAMBA DOTADA DE ILUMINAÇÃO INTERNA, ORIGINAL DE FÁBRICA OU INSTALADA PELA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA, EM CONJUNTO COM A CAPOTA RIGIDA DE FIBRA DE VIDRO, SEM PREJUÍZO DA GARANTIA DO VEÍCULO; MÍNIMO DE QUATRO GANCHOS PARA FIXAÇÃO DE CARGA; SISTEMA DE ALÍVIO DE PESO OU AMORTECIMENTO DA TAMPA TRASEIRA. EQUIPAMENTOS EXTERNOS: O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO: PARA-CHOQUES NA COR PREDOMINANTE DO VEÍCULO OU EM MATERIAL RESISTENTE; MOLDURAS DE PROTEÇÃO DOS PARA-LAMAS OU ACABAMENTO EQUIVALENTE; RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM ELÉTRICA; DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; TERCEIRA LUZ DE FREIO; LUZES DE RODAGEM DIURNA (DRL); PORTA-ESCADAS OU GRADE PROTETORA DO VIDRO TRASEIRO. CONFORTO: EQUIPADO COM: AR-CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA; VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS; TRAVAS ELÉTRICAS; CHAVE COM TELECOMANDO; ALARME ANTIFURTO; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; VOLANTE MULTIFUNCIONAL; BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA; CONSOLE CENTRAL COM PORTA-OBJETOS; COMPUTADOR DE BORDO; PAINEL DE INSTRUMENTOS COM COMPUTADOR DE BORDO. SEGURANÇA: O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR: NO MÍNIMO 4 AIRBAGS (FRONTAIS E LATERAIS); CINTOS DE SEGURANÇA DE TRÊS PONTOS; APOIOS DE CABEÇA PARA TODOS OS OCUPANTES; SISTEMA ISOFIX; MONITORAMENTO DA PRESSÃO DOS PNEUS (TPMS) OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; ALERTA DE UTILIZAÇÃO DOS CINTOS DE SEGURANÇA. CONECTIVIDADE: EQUIPADO COM: ENTRADA USB PARA DADOS E CARREGAMENTO; PREPARAÇÃO OU CENTRAL MULTIMÍDIA ORIGINAL DE FÁBRICA; BLUETOOTH; ALTO-FALANTES INSTALADOS PELO FABRICANTE. GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM OU CONFORME POLÍTICA OFICIAL		

			DA MONTADORA, PREVALECENDO A CONDIÇÃO MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. MANUAL DO PROPRIETÁRIO EM PORTUGUÊS; PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR INSTALADA EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONTRAN. MACACO HIDRÁULICO OU MECÂNICO, CHAVE DE RODA E TRIÂNGULO CONFORME NORMAS DO CONTRAN. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE DE CARGA E CONFIGURAÇÃO QUE PERMITAM O TRANSPORTE SEGURO DE EQUIPAMENTOS, CAIXAS TÉRMICAS, MATERIAIS DE COLETA, PULVERIZADORES, EPIS E DEMAIS MATERIAIS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E CONTROLE DE ZOONOSES, SEM COMPROMETER A SEGURANÇA DOS OCUPANTES OU A INTEGRIDADE DA CARGA.		

VI – JUSTIFICATIVA TÉCNICA DAS EXIGÊNCIAS:

As especificações técnicas dos itens foram definidas conforme a necessidade operacional do Departamento Municipal de Saúde, observando os princípios da eficiência, economicidade e ciclo de vida do objeto (art. 11, I, e art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021). Todos os requisitos correspondem a padrões usuais de mercado, admitindo-se equipamentos equivalentes ou superiores, sem direcionamento de marca ou modelo.

- Computador Desktop (Item 1): As configurações mínimas (processador atual com 6 núcleos/12 threads, 16 GB de RAM expansível, SSD NVMe de 512 GB, monitor Full HD IPS antirreflexo e Windows 11 Pro) garantem fluidez no uso simultâneo de sistemas de saúde/SUS, prontuários e rotinas administrativas, além de ergonomia visual, eficiência energética (fonte 80 Plus Bronze) e maior vida útil sem obsolescência precoce.
- Notebook (Item 2): O desempenho equivalente ao Core i5 (13ª geração) ou Ryzen 5 (série 7000), aliado a 16 GB de memória DDR5, SSD NVMe Gen 4 (512 GB), tela 15,6" Full HD antirreflexo, Wi-Fi 6, webcam Full HD e maleta, atende às demandas externas e de mobilidade das equipes técnicas, assegurando agilidade no processamento de dados, conectividade e realização de reuniões remotas.
- Veículo Tipo Picape Cabine Dupla 0 km (Item 3): A configuração cabine dupla (5 ocupantes) com caçamba de no mínimo 800 L, capacidade de carga útil de 600 kg e capota rígida de fibra de vidro é indispensável às atividades de fiscalização sanitária e controle de zoonoses, permitindo transportar simultaneamente a equipe técnica e materiais específicos (caixas térmicas, pulverizadores, EPIs e insumos) com proteção contra intempéries e separação segura entre passageiros e carga. A motorização bicombustível (mín. 95 cv / 12 kgfm), a suspensão reforçada e os itens de segurança ativa e passiva (ESC, TCS, Hill Holder,

ABS/EBD e mín. 4 airbags) garantem desempenho adequado em vias urbanas e rurais leves, além de integridade aos servidores.

VIII - JUSTIFICATIVA QUANTO À ADEQUAÇÃO DO VEÍCULO SOLICITADO EM RELAÇÃO À PROPOSTA CADASTRADA NO INVESTSUS

A diferença entre a descrição do veículo constante na proposta cadastrada no sistema InvestSUS e o veículo especificado no processo licitatório decorre da necessidade de adequar o objeto às reais demandas operacionais do Município, sem, contudo, alterar a finalidade ou a destinação do recurso proveniente da emenda parlamentar.

No momento do cadastramento da proposta no sistema InvestSUS, foram consideradas as opções de veículos disponibilizadas pela plataforma, observando-se os limites financeiros do recurso destinado à aquisição. Dentre as alternativas apresentadas, havia a opção de veículo de passeio, compatível com o valor disponibilizado, enquanto outras categorias, como veículos com cabine dupla, apresentavam valores de referência superiores a R$ 180.000,00, ultrapassando o montante previsto na proposta.

Entretanto, considerando a finalidade da emenda parlamentar e a intenção manifestada pelo parlamentar autor da indicação, o veículo deverá atender às atividades desenvolvidas pela Vigilância Sanitária Municipal, especialmente no recolhimento e transporte de animais, amostras e materiais biológicos.

Para a execução adequada dessas atividades, é necessário que o veículo disponha de compartimento destinado ao transporte desses materiais, com separação física em relação ao espaço ocupado pelo motorista e demais passageiros, de modo a proporcionar melhores condições de segurança, higiene e prevenção de riscos de contaminação.

Nesse sentido, a especificação de uma caminhonete compacta com cabine dupla mostrou-se tecnicamente mais adequada às necessidades do Município, pois permite o transporte de passageiros, mantendo as características de veículo destinado ao transporte de pessoas, e oferece compartimento independente para o acondicionamento e transporte dos materiais e equipamentos utilizados nas atividades da Vigilância Sanitária.

Portanto, a escolha do veículo especificado no processo licitatório não representa alteração da finalidade da proposta ou desvio do objeto da emenda parlamentar, mas tão somente o aprimoramento da especificação técnica, buscando uma solução que atenda de maneira mais eficiente às necessidades do serviço público municipal.

Ressalta-se que permanece preservada a finalidade original da aquisição, sendo que a especificação adotada no procedimento licitatório contempla a capacidade de transporte de passageiros prevista na proposta, agregando característica funcional indispensável à execução das atividades para as quais o veículo será utilizado.

Dessa forma, entende-se que não há divergência substancial entre a proposta cadastrada no InvestSUS e o objeto pretendido na licitação, mas uma adequação técnica justificada pela necessidade de garantir a efetividade da aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

VII - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os bens a serem fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas descritas no item V deste Termo de Referência. Em conformidade com a Súmula nº 270 do TCU, não há indicação de marca específica, sendo admitida a oferta de produtos que atendam aos requisitos mínimos de desempenho, qualidade e produtividade exigidos.

Os equipamentos de TIC deverão possuir licenças originais (Windows 11 Pro) gravadas na BIOS/Placa-mãe, garantindo a autenticidade e a segurança da informação, conforme Decreto Municipal nº 3.959/2024.

O veículo deverá possuir natureza estritamente utilitária, não se enquadrando como artigo de luxo, em obediência ao Decreto Municipal nº 3.936/2023.

A garantia mínima exigida para todos os itens é de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, prestada pelo fabricante ou assistência técnica autorizada, abrangendo peças, componentes e mão de obra.

VII - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

1. Forma e Prazo de entrega:

- O fornecimento dos bens ocorrerá de forma integral por item adjudicado, sem previsão de consumo continuado ou parcelamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (ou Nota de Empenho) emitida pelo Departamento de Saúde.
- Eventuais pedidos de prorrogação de prazo deverão ser formalizados pela Contratada, devidamente justificados e comprovados, antes do vencimento do prazo original, ficando a aceitação condicionada à análise e aprovação do Departamento de Saúde.

2. Local, Horário e Condições de Entrega:

    - Local de Entrega: Todos os itens (veículo 0 km e equipamentos de informática) deverão ser entregues na sede do Departamento Municipal de Saúde de Caconde/SP, localizado na Rua Floriano Peixoto, nº 205, Bairro Centro, CEP: 13770-069.

- Dias e Horários: As entregas deverão ocorrer exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente administrativo, compreendido das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

3. Condições Especificas de Transporte e Recebimento:

- Quanto ao Veículo Automotor 0 km: O veículo deverá ser transportado e entregue sem ônus adicional ao Município (modalidade CIF), preferencialmente por meio de veículo transportador (caminhão cegonha ou plataforma), sendo vedada sua condução por rodagem própria desde a origem até o local de entrega (admitindo-se apenas a quilometragem mínima inerente às manobras de pátio, embarque, desembarque e vistoria técnica). O veículo deverá ser entregue acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e/ATPVe ou documentação equivalente para primeiro emplacamento em nome do Município de Caconde/SP), do manual do proprietário em português, do certificado de garantia e das chaves (principal e reserva).
- Quanto aos Equipamentos de Informática: Os equipamentos deverão ser entregues novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e protegidas contra impactos e umidade, acompanhados de todos os cabos, acessórios, manuais técnicos e termos de garantia exigidos no edital, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as despesas de frete, seguro, carga e descarga no local indicado.

VIII - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A gestão e a fiscalização da contratação serão realizadas em estrita observância ao Decreto Municipal nº 3.944/2024, garantindo a segregação de funções.

Ficam previamente designados os seguintes agentes públicos:

- Gestor do Contrato: Julierme Rodrigo de Almeida Paula (Diretor Municipal de Saúde).

- Fiscal do Contrato: Silvano Novais (Almoxarife)

Caberá ao Fiscal do Contrato o acompanhamento físico da entrega, a conferência rigorosa das especificações técnicas mediante checklist, e a emissão do termo de recebimento provisório. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação geral, a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, e a emissão do termo de recebimento definitivo, bem como a autuação de eventual processo sancionatório em caso de inadimplemento.

IX - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

O recebimento dos bens seguirá o rito estabelecido no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 3.944/2024.

O recebimento provisório será realizado pelo Fiscal do Contrato no momento da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as exigências do edital.

O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o atesto definitivo da nota fiscal/fatura correspondente, mediante crédito em conta bancária de titularidade da contratada.

X - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A seleção do fornecedor dar-se-á mediante licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento de Menor Preço por Item, em conformidade com os Decretos Municipais nº 3.947/2024 e nº 3.949/2024.

Para fins de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, serão exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Para mitigar o risco de aceitação de propostas em desconformidade, o pregoeiro exigirá a apresentação de prospectos/catálogos detalhados dos itens ofertados, podendo solicitar apoio técnico formal de profissional de TI, conforme mapeamento de riscos do ETP.

-Habilitação técnica:

- Apresentação de ficha técnica e/ou catálogos detalhados dos itens ofertados, contendo as informações necessárias à comprovação de suas características e especificações;
- Apresentação de declaração de que os itens ofertados atendem integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

-Habilitação econômica financeira:

- Apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida em data não anterior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública, caso não conste prazo de validade diverso no próprio documento.

XI - ESTIMATIVAS DE VALORES E MEMÓRIA DE CÁLCULO:

O valor global estimado para a presente contratação é de R$ 160.211,94 (cento e sessenta mil e duzentos e onze reais e noventa e quatro centavos).

A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa mercadológica prévia, utilizando-se de critérios estatísticos rigorosos, em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.936/2023, visando mitigar riscos de sobrepreço ou superfaturamento.

Os documentos que dão suporte à pesquisa de preços, bem como as memórias de cálculo, constam em documento separado e apenso aos autos do processo administrativo.

XII - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, classificadas como despesa de capital.

Os recursos são provenientes da Emenda Parlamentar Federal nº 28020002, no valor de R$ 120.000,00, complementados por contrapartida do Município no valor de R$ 40.211,94.

O cronograma físico-financeiro prevê execução em etapa única, com o desembolso total ocorrendo após a entrega integral, conferência e aceite definitivo dos bens pela Administração Pública.

Caconde/SP, 23 de novembro de 2026.

JULIERME RODRIGO DE ALMEIDA PAULA
Diretor Municipal de Saúde
CPF: 405.121.628-40

Minuta do Termo de Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XXXX/2026
xx/xx/xxxx

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
(Processo Administrativo Nº. 0104/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CACONDE E EMPRESA .....

PREFEITURA DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CACONDE, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.767.829/0001-52, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 236, Centro, CEP 13.770-059, na cidade de Caconde/Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Afonso de Paiva**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de licitação n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 - O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO QUILÔMETRO E DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SENDO 02 (DOIS) NOTEBOOKS E 02 (DOIS) COMPUTADORES DESKTOPS, PARA O DEPARTAMENTO DE SAÚDE, conforme quadro descritivo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE.	V. UND	V.TOTAL
1					

1.2 - Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes entrega dos produtos com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, translado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

1.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DA ENTREGA.

2.1 - Serão executados de acordo com as condições contidas no Processo nº. 00125/2026 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

2.2 - Este contrato deverá observar e seguir integralmente as regras, condições, especificações técnicas, prazos e demais disposições constantes no Edital e Termo de Referência.

2.3 - A entrega deverá ocorrer no Departamento de Saúde do Município de Caconde/SP, em dias úteis e durante o horário de expediente, mediante prévio agendamento com o Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.5 - A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não entrega dos produtos e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

2.6 - A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução das entregas, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709, de 14, de agosto de 2.018).

3.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

3.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

3.3. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

3.4. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
3.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Caconde, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

3.6. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou à Prefeitura do Município de Caconde está exposta.

3.7. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

3.7.1. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados, bem como prestar toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

3.8. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, assumindo o compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados

3.9. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

3.9.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

3.10. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

3.11. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Caconde a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.
3.11.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

3.12. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Caconde e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

3.13. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Caconde para as finalidades pretendidas neste contrato.

3.14. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Caconde.

3.14.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

4.1 - O valor total do presente contrato é de **R$ (.....)**, sendo os **itens _____**, e onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados nos elementos de despesa do orçamento vigente da CONTRATANTE.

FNS RECURSOS VINCULADOS PROGRAMAS DA SAÚDE	4.4.90.52	10.302.0050.1705	Federal
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	4.4.90.52	10.302.0050.1095	Municipal

4.2 **-** O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada.

4.3 – Deverá constar no documento fiscal o número do Pregão, o número da nota de empenho, bem como Banco, nº da agência Bancária e nº da Conta-Corrente, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

4.4 – Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação do documento corrigido.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

5.1 - A CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto contratado, a qualquer hora.

5.2 - A fiscalização do contrato será executada pelo servidor Silvano Novais.

5.3 - A gestão do contrato será feita pelo Sr. Julierme Rodrigo de Almeida Paula.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO:

I - Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;

II - Analisar a necessidade de celebração de termo aditivo para prorrogação ou alteração do contrato, quando julgar necessário;

III - Informar ao Gestor a deflagração de processo administrativo disciplinar, para aplicação de penalidades, em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais;

IV - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;

V – Decidir pela necessidade de se proceder a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

VI - Decidir pela rejeição, no todo ou em parte, de serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o termo de referência;

VII - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;

VIII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público; e,

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DO CONTRATO:

I - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

II - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

III - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

IV - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

V - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VI - Acompanhar o contrato, observando a data da contratação e a data de término do contrato.

VII - Analisar a documentação que antecede o pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE:

I – Promover as condições necessárias para a regular execução do objeto contratual;

II – Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitando a ordem cronológica;

III – Fiscalizar a entrega dos produtos, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;

IV – Controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - SÃO OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

9.1 - I – Contatar com a Prefeitura do Município de Caconde, através do Diretor requisitante, antes de iniciar as entregas, acertando detalhes de execução, evitando transtornos durante as entregas do objeto;

II – Executar o objeto nas condições estabelecidas neste contrato, termo de referência e anexos;

III – Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual aos seu colaboradores.

IV – Facilitar todas as atividades de fiscalização dos produtos pela CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;

V – Respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;

VI – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;

VII – Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a entrega dos produtos;

VIII – Providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou preposto que se torne prejudicial ou inconveniente;

IX – Assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência da entrega dos produtos que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização do produto, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e

X – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação a que se refere.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1 – Não se aplica, por se tratar de aquisição com entrega única e pagamento integral, condicionado ao recebimento dos bens e à apresentação da respectiva nota fiscal, conforme as condições estabelecidas na nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com Prefeitura do Município de Caconde e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

11.2 - A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155, da Lei nº 14.133/21, qual seja, dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.3 - A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, observado:
I – 0,5 % (meio por cento) ao dia, limitada a 30% (trinta por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega entregue(s) com atraso;

11.4 - Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

11.5 - Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

11.6 - Retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

11.7 - A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, sem aplicação de juros de mora.

11.8 - Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, a CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I– As multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II– Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

11.9 - A penalidade de impedimento de licitar e contratar com Prefeitura de Caconde será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II- Dar causa à inexecução total do contrato;

III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V- Não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os produtos recusados pela CONTRATANTE; e/ou descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

11.10 - A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

11.11 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. É admitida a reabilitação do contratado perante Prefeitura do Município de Caconde, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

11.12 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.13 - Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando- se o contraditório e a ampla defesa.

11.14 - Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.3 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

12.4 - Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

12.5 -A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS.
14.1 - Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito**.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS PRAZOS
15.1 - Este contrato terá os seguintes prazos:

I – De vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO
16.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

_____	_____
CONTRATANTE	CONTRATADA
José Afonso de Paiva	Representante da empresa
Prefeito Municipal	

Testemunhas:

1)Ass.: _____
Nome:
RG nº.:

2) Ass.:_____
Nome:
RG nº.:

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):_____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo:_____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

Assinatura: _____

Demais Responsáveis:

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE

Referência: Pregão Eletrônico nº 0044/2026 (Razão Social da Empresa), estabelecida na .... (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n° ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para os fins de direito, na qualidade de proponente deste procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Caconde/SP, que:

1). Concordar, na íntegra com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;

2). Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;

3). Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal nº 14.133/2021;

4). Que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e no art. 14º, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial que:

a). Não mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até terceiro grau;

b). Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5). Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;

6). Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar documentação original, quando for solicitado pelo Agente de Contratação ou sua Equipe de Apoio, no prazo que estipular;

7). Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8). Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021 e inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

9). Que para fins do disposto no inciso §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

-----, -- de de 2026. / (assinatura) /

(nome do representante legal do Licitante)
(assinatura)

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 044/2026
Processo Administrativo nº 0125/2026

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Denominação do Proponente: .....
Endereço: .....
Cidade:..... CEP: .....
CNP: ..... Inscrição Estadual: .....
Fone: ..... Fax: .....
E-mail: .....

Obs: adverte-se que a simples apresentação desta proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

b) Prazo de validade da proposta:_____(mínimo 60 dias).

Declaro, sob as penas da lei, que os materiais ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

Declaro que os preços apresentados contemplam, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes (frete), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, necessárias à completa execução do contrato.

ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS:

ITEM	Objeto	Unidade	Valor Unitário	Valor Total	MARCA/MODELO
01					

Observações:

2. O pagamento será efetuado de acordo com as entregas;

_____
Assinatura do representa legal da empresa
Nome do representante:_____
RG do representante:_____
Telefone: (___) - _____
e-mail:_____

....., ... de ..... de .....

_____

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaro para os devidos fins, que nesta data, a empresa (preencher a razão social), inscrita no CNPJ (preencher com o número do CNPJ), apresenta capacidade financeira suficiente para o cumprimento da futura Ata de Registro de Preços e/ou do futuro Termo de Contrato, conforme previsto no Art. 69, §1º da Lei 14.133/2021.

Data, local.

Nome do contador responsável: _____

Assinatura do contador responsável: _____

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE “ME” OU “EPP”

A (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº -----, com sede na , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) -----, portador(a) da cédula de identidade RG nº -----, e do CPF nº , DECLARA, sob as penas do disposto no artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de ME - Microempresa ou de EPP - Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente e bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

-----, -- de--------de 2026. / (assinatura) /

(nome do representante legal do Licitante)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NOS INCISOS DO § 4º DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 0044/2026 - PROCESSO Nº 00125/2026 promovido pela Prefeitura do Município de Caconde declaro, sob as penas Lei Federal, não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

-----, -- de de 2026. / (assinatura) / (nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: As declarações deverão ser preenchidas em papel timbrado da empresa proponente, datadas e assinadas pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº -----, com sede na , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) -----, portador(a) da cédula de identidade RG nº -----, e do CPF nº , DECLARA, que sendo vencedora, atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

-----, -- de de 2026. / (assinatura) /

(nome do representante legal do Licitante) (assinatura)